

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano C • Nº 91

Poder Legislativo

Recife, sábado, 20 de maio de 2023

Audiência discute políticas contra abuso e exploração sexual de menores

Participantes cobraram mais ações dos governos para proteger crianças e adolescentes

A Comissão de Cidadania da Alepe realizou uma audiência pública na quinta-feira (18) para marcar o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Os objetivos foram obter informações para subsidiar a elaboração de políticas públicas estaduais efetivas de proteção a crianças e adolescentes, e garantir recursos no orçamento estadual para o enfrentamento a esses tipos de crimes.

Os participantes pediram, entre outras demandas, a ampliação de delegacias de escuta especializada e o cumprimento da legislação que obriga a presença de psicólogos nas escolas públicas e privadas. Também foi realizada uma manifestação em frente à Alepe para marcar a data.

De acordo com dados apresentados no evento, 80% dos casos de abuso acontecem dentro de casa ou por pessoas conhecidas. Nos primeiros quatro meses deste ano, houve um aumento de 70% nas denúncias de abuso sexual contra menores pelo Disque 100 (serviço de denúncias de violações de direitos humanos) em comparação ao mesmo período do ano passado, totalizando 17,5 mil denúncias.

SOCIEDADE CIVIL

A representante do Grupo

Curumim, ONG que desenvolve projetos de fortalecimento da cidadania de mulheres, Elisa Aníbal, destacou que a região Nordeste tem, atualmente, o maior número de adolescentes que tiveram filhos em decorrência de violências sexuais.

“Pela nossa Constituição Federal, é dever do Estado prevenir e combater esse tipo de agressão, mas o governo e os conselhos tutelares têm sido negligentes”, pontuou.

A adolescente Andrielly Oliveira, de 13 anos, da ONG Casa Menina Mulher, que oferece apoio socioeducativo para crianças, adolescentes e jovens, fez um apelo para que as escolas levem mais informações sobre o tema aos seus alunos, e cumpram a Lei Federal nº 13.935/2019, que determina a presença de psicólogos nas redes públicas de ensino. “Muitas vezes o agressor está dentro de casa, e a escola seria um lugar seguro para a criança desabafar sobre o que está passando”.

Para a representante da Rede de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes em Pernambuco, Valéria Nepomuceno, a falta de responsabilização dos criminosos e as condições socioeconômicas de famílias que não conseguem proteger suas crianças são desafios a serem enfrentados.

“É preciso ampliar as dele-



FOTOS: GIOVANNI COSTA

DEMANDAS - Convidados pediram a ampliação de delegacias especializadas e a presença de psicólogos em escolas

gacias para crianças e adolescentes e capacitar psicólogos e assistentes sociais da Secretaria de Defesa Social para promover uma escuta especializada”, destacou.

MPPE E POLÍCIA CIVIL

Já a coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e Juventude e Prevenção às Drogas do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Aline Arroxelas, frisou a importância do trabalho de prevenção. Ela destacou que o Ministério Público está realizando uma campanha nacional para conscientizar a população sobre o tema.

A promotora também lembrou que qualquer pessoa que testemunhe alguma violência tem o dever legal de comunicar às autoridades. Ela ressaltou que as denúncias podem ser feitas anonimamente em qualquer promotoria de Justiça e pelos canais de comu-



VIOLÊNCIA SEXUAL
Elisa Aníbal: ações para evitar que adolescentes se tornem mães em situações abusivas



PREVENÇÃO
Aline Arroxelas destacou que o Ministério Público realiza campanha nacional sobre o tema



ENCAMINHAMENTO
Dani Portela disse que Comissão levará cobranças ao Governo e órgãos competentes

nicação do MPPE.

Representantes das secretarias estaduais de Defesa Social, Educação, Turismo e Saúde afirmaram que o combate aos abusos e violências sexuais é prioridade no governo, e que projetos importantes sobre o tema vão ser incluídos no Plano Plurianual (PPA) da atual gestão.

O representante do Departamento de Polícia da Criança e do Adolescente, delegado Geraldo da Costa, afirmou que policiais civis de todo o Estado estão sendo capacitados na escuta especializada de menores, e que também estão sendo implantadas salas específicas para este fim nas delegacias da capital e no interior do Estado. Ele alertou para o aumento no caso de crimes sexuais pela internet.

PARLAMENTARES

A deputada Socorro Pimentel (União), que também participou do encontro, disse que o parlamento estadual deve atuar na criação de leis que possam contribuir no enfrentamento e na prevenção aos abusos e violências. “Como pediatra, sei a dor que é examinar uma criança que foi vítima de abuso”, pontuou.

A presidente da Comissão de Cidadania, deputada Dani Portela (PSOL), afirmou que irá reunir todas as demandas apresentadas e enviar um documento para o Governo do Estado e aos órgãos competentes. “Vamos esperar respostas, sobretudo no investimento de fato em políticas de enfrentamento, e também sobre a rede de proteção e cuidado às nossas crianças e adolescentes”, finalizou.

Seminário destaca medidas legislativas para combater o racismo religioso

Evento discutiu formas de enfrentamento à violência contra religiões de matriz africana

O Seminário “Todo Sagrado deve ser Respeitado” reuniu na Alepe, na noite de quinta (18), deputados, líderes religiosos e ativistas do movimento negro para discutir o enfrentamento à violência contra os seguidores de religiões de matriz africana. O evento foi organizado pela Comissão de Cidadania.

O encontro enfatizou a busca de estratégias institucionais para enfrentar a violência contra os seguidores dessas religiões em Pernambuco. O deputado federal Pastor Henrique Vieira (PSOL/RJ), principal convidado, ressaltou que a violência contra os povos tradicionais de matriz africana “não é uma anomalia sistêmica”.

“O genocídio da juventude negra não é o sistema dando errado, mas sim o sistema em seu perfeito e pleno funcionamento. O sistema racista, moralista e fundamentalista cristão só pode ter esse resultado”, considerou o parlamentar. “O racismo naturaliza o caos e autoriza institucionalmente o genocídio pra que ele se acomode na normalidade”, explicou.

Pastor evangélico, Henrique Vieira caracterizou o fundamentalismo como uma forma de experiência religiosa que nega a diversidade. Ele acrescentou que fazer oposição ao radicalismo religioso de natureza racista é “resguardar um patamar mínimo de democracia”. E acrescentou: “Se os ultra conservadores monopolizarem o sentido do que é o cristianismo, temos um problema para quem quer fazer maioria social para transformar o País”.

Vieira também apontou diversas medidas no âmbito do Poder Legislativo para combater o racismo religioso, como o fortalecimento de frentes parlamentares em defesa do estado laico e dos



FOTOS : JARBAS ARAÚJO

PARTICIPAÇÃO - Parlamentares, líderes religiosos e ativistas do movimento negro marcaram presença no seminário



ATAQUE – O babalorixá Lívio Martins detalhou o incêndio do Terreiro das Salinas, em janeiro de 2022

povos tradicionais.

ATAQUES A TERREIROS

O babalorixá Lívio Martins detalhou no evento um desses casos: o incêndio que destruiu o Terreiro das Salinas, em janeiro de 2022, em São José da Coroa Grande (Litoral Sul). Segundo Martins, o ataque ao terreiro ficou impune, após o arquivamento do inquérito há

dois meses. O líder religioso ressaltou que o medo e o sentimento de desamparo abalaram a comunidade religiosa, que agora luta para se reconstruir.

“Eu tenho 30 anos de idade, e eu volto a sofrer mazelas que meus antepassados sofreram há 300 anos. Conseguem compreender o quanto os nossos corpos negros estão cansados de se-



ESCOLAS – Robeyoncé: Espaços públicos não podem ser perdidos para o discurso do racismo religioso

rem violentados? O quanto as nossas casas de Axé estão cada vez mais invadidas, incendiadas da forma em que está sendo e simplesmente não dá em nada?”

Mediadora do seminário, a presidente da Comissão de Cidadania, Dani Portela (PSOL), lamentou os inúmeros ataques contra os povos de terreiros ocorridos nos últimos anos em

Pernambuco. “Não poderemos falar em democracia enquanto práticas de racismo religioso ainda forem vivas no nosso cotidiano”, ressaltou.

LEGISLAÇÃO

Dani Portela também destacou projetos protocolados por ela sobre o tema. Um deles é o Projeto de Lei nº 387/2023, que propõe a

criação do Observatório de Racismo Religioso, com a finalidade de acompanhar e monitorar casos de racismo e intolerância religiosa em Pernambuco.

Já ex-deputada estadual do mandato coletivo Juntas e advogada Robeyoncé Lima abordou a tendência crescente de ocupação dos espaços públicos por representações neopentecostais, que estariam estimulando o racismo religioso. De acordo com Robeyoncé, conselhos tutelares, escolas e unidades prisionais têm sido alvo da interferência desses grupos.

Além disso, o desrespeito à Lei Federal nº 10.639/2003, considerada um marco na educação antirracista, também foi analisado pela advogada. “É lamentável escutar muitos pais e mães dizerem que não querem levar o filho pra escola porque estão ensinando o filho a fazer macumba, a fazer o mal, ou a ter contato com o diabo e com o demônio”, relatou. Para ela, essas ocorrências demonstram que o espaço público das escolas “está sendo perdido para o discurso do racismo religioso, a despeito da Constituição dizer que o Estado é laico”.

Ciane Neves, professora da Faculdade de Direito do Recife (FDR/UFPE), apresentou no evento uma definição do conceito de racismo religioso, fazendo uma distinção em relação ao termo “intolerância religiosa”. De acordo com Ciane, o racismo religioso se diferencia por ser um fenômeno político com o objetivo de aniquilar a existência das religiões de matriz africana e afro-indígena.

A plateia do seminário também participou do debate, com a intervenção de evangélicos atuantes no PSOL e no Movimento Negro Evangélico, dentre outros representantes de terreiros e da sociedade civil organizada.